

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

**AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Em 31 de dezembro de 2016

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Administradores da

AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo

São Paulo, SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos contidos na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Ajuste para redução ao valor de recuperação

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a **Associação** possui o saldo de R\$ 241.757 a receber referente ao convênio firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, sem que houvesse uma estimativa para redução ao valor provável de recuperação. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estavam a maior naquele valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Associação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Associação** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 13 de novembro de 2020.



Vladimir Ortiz Pereira
Contador CRC 1SP 210264/O-1

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>		<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.180.605	1.681.215	Fornecedores		3.523	1.787
Contas a receber	6	241.757	162.891	Subvenções a realizar	8	310.521	492.848
Outros créditos		2.317	2.679	Obrigações trabalhistas	9	67.600	52.337
Despesas do exercício seguinte		4.336	3.434	Obrigações tributárias		1.885	2.833
		1.429.015	1.850.219	Outros passivos	10	166.732	190.098
Não circulante						550.261	739.903
Imobilizado	7	15.235	20.520	Patrimônio líquido			
		15.235	20.520	Patrimônio Social	12	893.989	1.130.836
						893.989	1.130.836
Total do Ativo		1.444.250	1.870.739	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.444.250	1.870.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais			
Com Restrição			
Capacitar para curar		182.328	30.121
Trabalho voluntariado		106.675	98.773
Sem Restrição			
Receita de prestação de serviços		156.915	222.158
Contribuições e doações		115.613	146.709
Contribuições e doações - Casa de Apoio		55.172	43.980
Total de receitas operacionais	13	616.703	541.741
Custos e despesas operacionais			
(-) Custos operacionais			
. Capacitar para curar		(182.320)	(30.389)
. Trabalho voluntariado		(106.675)	(98.773)
. Custos assistência social matriz		(123.189)	(160.452)
. Custos assistência social casa do apoio		(151.617)	(142.951)
Custos operacionais	14	(563.801)	(432.565)
(-) Despesas operacionais			
. Despesas administrativas	15	(362.970)	(313.932)
. Despesas tributárias		(62.721)	(29.480)
Despesas operacionais		(425.691)	(343.412)
Total de custos e despesas operacionais		(989.492)	(775.977)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		142.217	162.279
Despesas financeiras		(6.275)	(6.134)
	16	135.942	156.145
Déficit do exercício		(236.847)	(78.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	1.274.425	(65.498)	1.208.927
Incorporação ao patrimônio social	(65.498)	65.498	-
Déficit do exercício (reapresentado)		(78.091)	(78.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.208.927</u>	<u>(78.091)</u>	<u>1.130.836</u>
Incorporação ao patrimônio social	(78.091)	78.091	-
Déficit do exercício		(236.847)	(236.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>1.130.836</u></u>	<u><u>(236.847)</u></u>	<u><u>893.989</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(236.847)	(78.091)
Itens que não afetam o caixa:		
(+) Depreciação e amortização, líquido	4.457	7.728
(+) Valor residual de bens baixados, líquido	828	844
	(231.562)	(69.519)
(Aumento)/redução nos ativos em		
Contas a receber	(78.866)	(133.301)
Outros créditos	362	2.777
Despesas do exercício seguinte	(902)	(352)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	1.736	(383)
Subvenções a realizar	(182.327)	(30.121)
Obrigações tributárias	15.263	548
Obrigações trabalhistas	(948)	14.331
Outros passivos	(23.366)	24.805
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	(500.610)	(191.215)
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(500.610)	(191.215)
No início do exercício	1.681.215	1.872.430
No final do exercício	1.180.605	1.681.215
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(500.610)	(191.215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em Reais)

1. Informações gerais

A AMEO – Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo ("**AMEO**"), constituída em 10 de junho de 2003 sob a forma de **Associação**, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Dona Veridiana, nº 410 - sala 32 – Vila Buarque – São Paulo – SP; certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 17 de agosto de 2005, mantendo até a presente data a qualificação de OSCIP. A AMEO tem como finalidade promover gratuitamente a saúde, consoante inciso IV do artigo 3º da Lei nº 9.790/99, especialmente quanto ao incentivo e divulgação da doação voluntária da medula óssea como gesto espontâneo de responsabilidade social e, neste sentido:

- a) Planejar, organizar, implementar e divulgar campanhas educativas sobre doação de medula óssea em empresas públicas e privadas, sindicatos, escolas, universidades e em qualquer organização da sociedade civil, visando, criar a consciência do humanitarismo e da responsabilidade social do ato;
- b) Estimular o poder público municipal, estadual a investir, permanentemente em programas de comunicação social que visem incentivar a população a se cadastrar como doadora de medula óssea;
- c) Manter intercâmbio com os hemocentros e associações de doadores de medula óssea de outras cidades, estados e países;
- d) Estimular os doadores e pacientes de outras regiões do Brasil a organizarem-se em associações similares a esta;
- e) Promover a melhoria da assistência, conhecimento e acompanhamento dos pacientes que buscam diagnósticos, tratamento e recuperação das doenças hematológicas;
- f) Organizar a coleta e o processamento das doações de medula óssea no Hemocentro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ou colaborar no encaminhamento para outros locais no caso de ausência desta;
- g) Pleitear junto aos órgãos provimento do material necessário à realização dos exames de histocompatibilidade, para garantir o aproveitamento de todas as amostras coletadas;
- h) Manter intercâmbio com o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), no intuito de agilizar o registro dos doadores voluntários e dos pacientes;
- i) Auxiliar o programa de transplante de medula óssea por meio da efetiva sincronização entre hemocentros, laboratórios de histocompatibilidade, registro de doadores e centros de transplantes.

1.1 Desenvolvimento das atividades

Em função da situação econômica / financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a qual a **Associação** recebe, por meio de convênio, uma parcela significativa de sua receita, a Administração da **Associação** vem trabalhando no plano de ação que mitigue o risco de continuidade operacional, caso haja um cancelamento do referido “Convênio”, ou até mesmo, não recebimento dos repasses em longa data.

Esse cenário nos fez revisar toda nossa estrutura de despesas, o que nos levou a acelerar um profundo corte de gastos, revisão de processos e reestruturações internas. Além disso a Administração da **Associação** vem buscando novas captações de recursos através do:

- **PRONON:** inscrição de novos projetos que permitam a captação de recursos através de doações que permitam ao doador deduzir os valores de seu imposto de renda;
- **Nota Fiscal Paulista:** A digitação de notas fiscais do primeiro semestre de 2016 foi encerrada e aguardamos a apuração dos valores para disponibilização dos recursos na conta da **AMEO**. O valor revertido para a instituição é de até 20% do ICMS pago, além dos sorteios que correspondem a 1 bilhete a cada R\$100,00 em notas inseridas no sistema.

Acreditamos que as ações em curso aumentarão o grau de sustentabilidade econômica, e viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital, por meio das economias obtidas nas revisões de processos e da sinergia resultante da integração das áreas.

A crise pela qual a Santa Casa e o Brasil passam, podem sim impactar em diminuição temporária do número de pacientes atendido, a quantidade de cestas básicas distribuídas, e outros benefícios, mas a **AMEO** está tomando todas as atitudes para manter os benéficos mais fundamentais operando.

A **Associação** continuará mantendo altos padrões de governança corporativa, compromisso com a ética, alto padrão de qualidade de seus serviços e processos, com o objetivo de fortalecer sempre mais a parceria com nossos pacientes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidades sem Finalidade de Lucros”, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Associação** atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da **Associação**, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e) Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 19 de setembro de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma Entidade e a um passivo financeiro em outra Entidade.

i) Reconhecimento de ativos e passivos financeiros não derivativos

A **Associação** reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

ii) Classificação e mensuração

A **Associação** classifica seus ativos e passivos financeiros como “instrumentos financeiros básicos”, em conformidade com a Seção 11 contida na Norma Brasileira de Contabilidade aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). A **Associação** não possui operações financeiras que não fossem enquadradas como “instrumentos financeiros básicos”.

Desta forma, seus ativos financeiros estão classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”. Esta classificação compreende os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São mantidos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da **Associação** compreendem os saldos de (i) Caixa e equivalentes de caixa; (ii) Contas a receber e (iii) Outros créditos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação) e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e as variações desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros básicos não derivativos são representados principalmente por: **(i)** Fornecedores; **(ii)** Obrigações trabalhistas; **(iii)** Obrigações tributárias **(iv)** Subvenções a realizar e **(v)** Outros passivos, são classificados como outros passivos financeiros.

A **Associação** reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que foram originados e baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, se aplicável.

iii) Operações de instrumentos financeiros derivativos

A **Associação** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação durante os exercícios de 2016 e 2015.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários mantidos em conta corrente e aplicação financeira. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo no decurso normal das atividades da **Associação**. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme regime de competência na data do balanço. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, se necessária.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa não foi constituída pelo fato de a Administração acreditar que não haverá eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo foram incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando necessário.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Benfeitoria em imóveis de terceiros 5 anos
- Equipamentos de computação 5 anos

e) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f) Subvenções a realizar

As subvenções a realizar são valores obtidos por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor do projeto correspondente.

g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a **Associação** tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da **Associação**, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, sendo empregado integralmente nos objetivos sociais da **Associação** conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

i) Apuração do déficit / superávit

De acordo com o parágrafo 15 da Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit ou parte dele que tenha alguma restrição em sua destinação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

No caso da **Associação**, o déficit será integralmente incorporado ao Patrimônio social após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

j) Receitas

As receitas da **Associação** são provenientes, substancialmente, de doações de pessoas físicas e jurídica e do Convênio nº 01/2008 mantido com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

k) Despesas

As despesas da **Associação** são comprovadas por meio de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

m) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n) Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A **Associação** não possui operações de arrendamento mercantil financeiro. Os arrendamentos se referem à imóveis destinados para a realização de suas operações e foram classificados como arrendamento operacional, sendo os correspondentes valores reconhecidos no resultado.

o) Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio social que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o déficit do exercício é igual ao resultado abrangente.

p) Imunidade e isenção tributária

A **Associação** goza de imunidade de Imposto de Renda (IRPJ), isenção da Contribuição Social sobre o superávit e COFINS sobre a receita por se tratar de Entidade sem fins lucrativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A **Associação** está exposta aos seguintes riscos financeiros: riscos de crédito e de liquidez.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados, o que é de baixo risco pois os principais recursos da **Associação** provêm de doações e do convênio. O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha

(b) Risco de liquidez

É o risco de a **Associação** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A **Associação** realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar os riscos de liquidez. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da **Associação** ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa		
Fundo fixo de caixa	2.360	1.032
	2.360	1.032
Banco conta movimento		
Banco do Brasil S/A - C/C 9695	156.000	156.000
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1	10	150
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	10	10
Banco Santander S/A	10	10
	156.030	156.170
Aplicações financeiras		
Banco Santander S/A - CDB/RDB	591.851	937.289
Banco do Brasil S/A - C/C 9694	390.153	549.819
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1 Auto +	35.653	35.623
Banco Santander S/A - Santander FIC FI	526	750
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	4.032	532
	1.022.215	1.524.013
	1.180.605	1.681.215

Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos *pró-rata temporis* até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização, não havendo prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, representados por:

Certificados de Depósitos Bancários - CDB's

Aplicações realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) junto a instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais de variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Fundos de renda fixa

Recursos aplicados em fundos de investimentos financeiros lastreados em títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

6 Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Clientes a receber - Convênios	241.757	162.891
	<u>241.757</u>	<u>162.891</u>

Convênios

A AMEO em 19 de dezembro de 2008 firmou convênio com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com vigência inicial de dois anos, sendo prorrogado por prazo indeterminado se nenhuma das partes solicitar sua rescisão. O presente convênio tem por objeto a parceria da "Irmandade" com a AMEO para a terceirização da captação de doadores, digitação e disponibilização dos dados obtidos no cadastramento de doadores de medula óssea no formato disponibilizado pela Irmandade. A captação de doadores é realizada de acordo com as diretrizes das portarias MS nº 1.313 e 1.314 de 20 de novembro de 2000. O faturamento da AMEO para a Irmandade ocorre de acordo com a quantidade de doadores cadastros.

Devido a situação financeira da Irmandade Santa Casa, no exercício não houve pagamento das notas fiscais emitidas pela **Associação**. Como evento subsequente, em 22 de março de 2017, a **Associação** firmou instrumento particular de transação com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde a AMEO concede um desconto financeiro de 50% equivalente a R\$ 120.878,66, para que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo efetue o pagamento em uma única parcela. Devido a emissão de todas as obrigações acessórias, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016 não foram ajustadas, ocorrendo o recebimento do valor e o reconhecimento do desconto financeiro nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Ônus reais/garantias prestadas

A **Associação** não possuía quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos correspondentes valores em aberto.

7 Imobilizado

	% Depreciação ao ano	2016	2015
Imobilizado			
Máquinas e equipamentos	10%	1.816	1.816
Móveis e utensílios	10%	18.199	19.151
Equipamentos de computação	20%	15.623	15.623
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20.594	20.592
		56.232	57.182
(-) Depreciação acumulada		(40.997)	(36.662)
		15.235	20.520

O ativo imobilizado é representado pelos bens destinados à manutenção das atividades da **Associação** e estão registrados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota nº 3d.

A movimentação ocorrida no exercício está a seguir demonstrada:

	Saldo 31/12/15	Adições	Baixas	Saldo 31/12/16
Custo Total				
Máquinas e equipamentos	1.816	-	-	1.816
Móveis e utensílios	19.151	-	(952)	18.199
Equipamentos de computação	15.623	-	-	15.623
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.592	2	-	20.594
	57.182	2	(952)	56.232
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(1.455)	(182)	-	(1.637)
Móveis e utensílios	(6.445)	(1.847)	124	(8.168)
Equipamentos de computação	(8.169)	(2.430)	-	(10.599)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(20.593)	-	-	(20.593)
	(36.662)	(4.459)	124	(40.997)
Saldo líquido	20.520	(4.457)	(828)	15.235

As adições à depreciação acumulada foram registradas integralmente no resultado, na conta "Despesas gerais e administrativas".

Bens oferecidos em garantia

A **Associação** não possui bens oferecidos em garantia ou quaisquer ônus/restrições à plena utilização dos bens do ativo imobilizado.

8 Subvenções a realizar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subvenções a realizar	310.521	492.848
	<u>310.521</u>	<u>492.848</u>

Com a publicação da Portaria nº 1.550, de 29 de julho de 2014, definindo os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), a **Associação**, através da inscrição SIPAR nº 25000.159.952/2014-73, inscreveu o projeto “Capacitar para Curar”, com o objetivo de criação de um portal de informações multimídia sobre cuidados pré e pós transplante para pacientes de transplante de medula óssea e também com o objetivo realizar capacitação de profissionais de Casas de Apoio para uso do material.

O projeto Capacitar para Curar – Formação para profissionais, cuidadores e pacientes de Transplante de Medula Óssea foi aprovado e autorizado para captar recursos por meio da Portaria de Autorização nº 1.078 de 26 de novembro de 2014, no montante total captado de R\$ 522.969. O valor foi totalmente captado no final de dezembro de 2014, sendo registrado como subvenções a realizar. O projeto foi realizado no período entre 15 de dezembro de 2015 a 06 de novembro de 2018.

9 Obrigações trabalhistas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	16.845	16.089
Provisão de férias e encargos sociais	36.823	25.694
INSS a recolher	9.104	6.049
FGTS a recolher	2.986	2.379
IRRF s/ folha de pagamento	1.350	1334
PIS s/ folha de pagamento	492	385
13º salário a pagar	-	407
	<u>67.600</u>	<u>52.337</u>

Os saldos se referem, principalmente, a folha de pagamento, provisão de férias e aos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento apurados no mês de dezembro 2016.

10 Outros passivos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas a devolver - Projeto Casa de Apoio	156.000	156.000
Serviços a pagar	6.259	29.657
Aluguel a pagar	3.353	3.216
Outras contas a pagar	581	722
Seguros a pagar	539	503
	<u><u>166.732</u></u>	<u><u>190.098</u></u>

Receitas a devolver – Projeto Casa de Apoio

Assim como o projeto Capacitar para Curar, a **Associação** também inscreveu no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), o Projeto Casa de Apoio da AMEO - Casinha, que foi aprovado pela Portaria de Autorização nº 1.065, de 21 de novembro de 2014. No entanto, o projeto não atingiu o valor total a ser capitado e por essa razão, o projeto não terá continuidade e os valores recebidos até dezembro de 2014 serão devolvidos.

11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A **Associação** no exercício de 2016 não possui passivos contingentes e ativos contingentes em andamento com probabilidade de perda provável.

12 Patrimônio Líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio social	893.989	1.130.836
	<u><u>893.989</u></u>	<u><u>1.130.836</u></u>

Patrimônio Social

No estatuto social consta que o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Com base na Lei 9.718/98, as Entidades sem fins lucrativos para se manterem imunes do pagamento de Imposto de Renda e isentas da Contribuição Social devem destinar integralmente seus superávits à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Déficit do exercício

O déficit do exercício do exercício de 2016 no montante de (R\$ 236.847) (R\$ 78.091 em 2015) é incorporado à conta patrimônio social no patrimônio líquido, após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

13 Receita Líquida de serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de prestação de serviços		
Prestação de serviços	179.537	254.185
(-) Deduções de receitas de serviços	<u>(22.622)</u>	<u>(32.027)</u>
	156.915	222.158
Cotribuições e doações		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	38.384	86.459
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	60.000	60.250
.Outras receitas	<u>17.229</u>	<u>-</u>
	115.613	146.709
Cotribuições e doações Casa de Apoio		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	14.792	11.322
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	17.630	14.400
.Venda de produtos bazar	16.534	14.018
.Festa junina	<u>6.216</u>	<u>4.240</u>
	55.172	43.980
Demais receitas - Com restrição		
Capacitar para Curar - Ministério da Saúde	182.328	30.121
Trabalho voluntariado	<u>106.675</u>	<u>98.773</u>
	289.003	128.894
	<u>616.703</u>	<u>541.741</u>

Trabalho voluntário

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo correspondente ao valor da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração com base no estudo realizado pela ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (<http://www.abong.org.br/final/download/pesquisarremuneracao.pdf>), atualizado com o dissídio coletivo da categoria e considerou os períodos disponibilizados pelos membros do Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria à **AMEO**

Desta forma, baseado em valores de remuneração de mercado, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os montantes de **R\$ 106.675** e **R\$ 98.773**, respectivamente. A contrapartida foi registrada em “Custos operacionais”.

14 Custos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos com assistência social Matriz		
Serviços de terceiros - PJ	(67.964)	(100.624)
Aluguel e condomínio	(28.110)	(24.351)
Campanhas	(12.144)	(12.410)
Serviços de terceiros - PF	(495)	(1.253)
Viagens e estadias	(2.169)	(2.061)
Telefone / Internet	(4.024)	(4.293)
Material auxiliar de consumo	(3.383)	(8.194)
Outros	(4.901)	(7.266)
	<u>(123.190)</u>	<u>(160.452)</u>
Custos com assistência social Casa de Apoio		
Salários, benefícios e encargos sociais	(93.019)	(99.955)
Aluguel e condomínio	(23.902)	(21.530)
Telefone / Internet	(3.620)	(3.739)
Serviços de terceiros - PJ	(9.997)	(2.675)
Condução	(2.100)	(2.023)
Manutenção e reparos	(407)	(658)
Material auxiliar de consumo	-	(100)
Outros	(18.571)	(12.271)
	<u>(151.616)</u>	<u>(142.951)</u>
Capacitar para Curar		
Salários, benefícios e encargos sociais	(114.207)	(5.292)
Serviços de terceiros - PJ	(26.108)	(24.903)
Serviços de terceiros - PF	(35.100)	-
INSS - Terceiros	(3.717)	(194)
Outros	(3.188)	-
	<u>(182.320)</u>	<u>(30.389)</u>
Trabalho voluntariado		
	<u>(106.675)</u>	<u>(98.773)</u>
	<u><u>(563.801)</u></u>	<u><u>(432.565)</u></u>

15 Despesas Administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	(160.207)	(152.486)
INSS - Empresa	(41.466)	(36.423)
Férias	(20.644)	(18.932)
PAT - Trabalhador	(18.265)	(18.014)
Assistência Médica	(22.116)	(20.373)
13º salário	(18.877)	(13.454)
FGTS	(16.092)	(13.875)
INSS - Terceiros	(11.453)	(10.059)
Outras Despesas	(53.852)	(30.316)
	<u>(362.970)</u>	<u>(313.932)</u>

16 Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	142.217	162.197
Outras	-	82
	<u>142.217</u>	<u>162.279</u>
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(5.604)	(5.762)
Outras	(671)	(372)
	<u>(6.275)</u>	<u>(6.134)</u>
	<u><u>135.942</u></u>	<u><u>156.145</u></u>

17 Renúncia fiscal

Em atendimento a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a **Associação** apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurado nos exercícios de 2016 e de 2015 caso a obrigação legal devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da **Associação** não ter obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR em função de sua natureza ser de Entidade sem fins lucrativos.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
COFINS sobre receita	26.837	16.782
	<u>26.837</u>	<u>16.782</u>

A **Associação** não realizou estimativa da renúncia do Pis, pois entende-se que a legislação da Entidade sem fins lucrativos é bastante clara quanto a tributação com base na folha de pagamento à alíquota de 1%, portanto já devidamente registrado e pago mensalmente.

Com relação à COFINS, por estar a **Associação** qualificada como OSCIP, sua tributação é apurada no regime não cumulativo, portanto a alíquota de 7,60% assim procedido em 2016 e 2015.

O IRPJ e a CSLL no ano-calendário de 2016 e de 2015 devido ao déficit apurado não foi realizada a estimativa da renúncia fiscal de IRPJ e CSLL.

18 Cobertura de seguros

A **Associação** contrata seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância, o valor e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, cujos montantes contratados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

* * * *